

A CONSTRUÇÃO DE NOVOS AFETOS, VALORES E AÇÕES: UMA PESQUISA-AÇÃO COM JOVENS INTERNOS NUMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA

Vitor Luiz Neto
(Universidade de Brasília – UnB)
Fernando César Paulino-Pereira
(Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão)

Resumo

O presente artigo é resultado de atividades e intervenções realizadas na Comunidade Terapêutica *Fundação Liberdade Jovem*, na cidade de Catalão-GO. O objetivo da pesquisa foi analisar a movimentação dos sujeitos nos campos Afetivo, Valorativo e Operativo, bem como o processo grupal a partir das Categorias Sartreanas de análise de movimentação dos grupos. Foi utilizada pesquisa-ação, usando materiais como vivências de intervenções terapêutico-educativas e Diário de Campo como instrumento de registro, visando à *práxis* transformadora. Podem-se perceber fatores que influenciam na movimentação grupal e na constituição da identidade dos sujeitos, como sentimentos de culpa e vergonha e dependência afetiva e valorativa de instituições como família e igreja. Foi possível pensar a identidade e a constituição do grupo como um processo, relacionando a vida cotidiana dos sujeitos com a realidade sócio-histórica contemporânea, atingindo um nível de desalienação e emancipação dos mesmos.

Palavras-chave: Comunidade Terapêutica, Processos Grupais, Identidade.

Abstract

Construction of New Affects, Values and Actions: an Action-Research with Internal Youths in a Therapy Community

This article results from interventions in the Therapeutic Community *Fundação Liberdade Jovem*, located in Catalão (GO). The objective was to analyze the movement of subjects on the Affective, Evaluative and Operative fields as well as the group process as from the Sartrean Categories of analysis of the moving group. To this, was used the action-research as a Community-Social Psychology methodology, using materials like therapeutic-educational interventions and Field Journal, seeking the transformative praxis. Some factors that influence the moving group and the subjects identity's constitution were perceived, like guilt and shame and affective and evaluative addiction of institutions as family and church. With practice, it was possible to think the identity and the composition of the group as a process, relating the everyday life of individuals with a socio-historical contemporary reality, reaching a level of disalienation and emancipation of the same.

Key-words: Therapeutic Community, Groups Process, Identity.

Introdução

O artigo é uma análise teórico-prática, desenvolvida através de estágio na *Fundação Libertação Jovem*, de março de 2012 a fevereiro de 2013, na cidade de Catalão (GO). O objetivo deste trabalho foi analisar a movimentação dos sujeitos internos na Fundação, nos campos Afetivo, Valorativo e Operativo, bem como compreender a movimentação do Grupo como Processo, investigando fatores que interferiram nas dimensões do mesmo, elaborando instrumentos de intervenção de forma terapêutico-educativa.

Na Comunidade Terapêutica, como é o caso da *Fundação Libertação Jovem*, a internação se dá apenas de forma voluntária, ou seja, com a vontade do usuário, sendo que os portões estão sempre abertos, permitindo a saída dos internos a qualquer momento do tratamento, além disso, não é obrigatória a presença de profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos e nutricionistas. Já na Clínica de Recuperação, a internação é voluntária e/ou compulsória (sem consentimento), sendo obrigatório o trabalho de profissionais da área da saúde e o sistema de segurança e vigilância é rígido, utilizando procedimentos de contenção

química (com o uso de remédios) e física (com o uso da força).

Foi utilizada a pesquisa-ação, prática de pesquisa e intervenção em Psicologia Social-Comunitária, buscando a *práxis* como ação transformadora, a fim de analisar os níveis internos desta prática, bem como a realidade externa na qual se encontram sujeitos e grupos, promovendo reflexões e intervenções que gerem autonomia e emancipação aos mesmos, utilizando-se de procedimentos e materiais específicos, como vivências terapêutico-educativas em grupo e o Diário de Campo como instrumento de coleta e registro de dados.

Para embasar a pesquisa, utilizou-se de teorias da Psicologia Social, abordando as ideologias e contradições presentes nos grupos, que refletem uma realidade sócio-histórica em um determinado meio de produção, pensando o homem como um ser histórico e político. Portanto, desta forma, foram utilizados autores como Reboredo (1983; 1995), Lane (2004) e Ciampa (2004), em consonância com outros pensadores, para se realizar uma análise crítica dos resultados, dialogando com observações, intervenções e falas dos sujeitos, relacionando o conteúdo pesquisado com a realidade social contemporânea.

Resgataram-se, também, as Categorias Sartreanas, elucidadas por Reboredo (1995) para se analisar a movimentação grupal e dos sujeitos.

Revisão de Literatura

A prática da Psicologia Social deve ser *Práxis* que se constitui das necessidades e problemas materiais e psicológicos do grupo, assim como suas origens e a posição dos sujeitos na estrutura social, integrando as especificidades do grupo e as particularidades de cada membro, onde o pessoal se socializa e o social se individualiza, dialeticamente (Reboredo, 1995).

É neste caráter dialético que Lane (2004) situa o homem como um sujeito histórico e grupo como ação transformadora, afirmando que é mais lógico pensar o processo grupal em vez de grupo. A autora define processo grupal como uma ação onde são pensadas as ideologias presentes na constituição dos grupos, que fazem parte de determinados contextos históricos e políticos. Segundo ela

[...] todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia que, sem um enfoque histórico, não é captada (Lane, 2004, p.82).

Para Sawaia (2010) grupo é pensado como comunidade sendo sistema de relação que remete ao maior grau de genericidade, agregando integração e autonomia, rompendo com as cisões coletividade-individualidade e ser humano genérico-ser humano particular.

Portanto, se comunidade contém individualidade, não pode ser trabalhada como unidade consensual, sujeito único. Só a ação conjunta não a caracteriza, ao contrário, a homogeneização pode negá-la, pois ela deve oferecer um espaço total de atitudes particulares. Isso não significa abrir mão de ideias comuns, mas do consenso fechado e conseguido às custas da ditadura das necessidades (Heller:1992), incentivando o exercício da comunicação livre, onde todos participam com igual poder e competência argumentativa no processo de ressignificação da vida social (Sawaia, 2010, p.48).

É neste sentido que Reboredo (1995) ressalta a importância da construção da ação coletiva para efetivar a

vida comunitária, desenvolvendo valores de solidariedade e fraternidade para que todos criem estratégias de sobrevivência para cada um, possibilitadas somente pela organização do grupo para discutir interesses pessoais e coletivos, a partir da reflexão sobre a realidade política e social e dos fatores que impedem sua autonomia.

Comunidade e grupo são, portanto, relação de legitimidade, onde todos devem ter vez e capacidade argumentativa como possibilidade de defender suas necessidades sem desrespeitar as dos outros, para construir uma democracia, para que um não aliene o outro, formando um sentimento de nós, “pois bem-estar coletivo e prazer individual não são dicotômicos e o consenso democrático não é conquistado necessariamente à custa do sacrifício pessoal.” (Sawaia, 2010, p.49).

Por isso, Lane (2004) afirma que as características de movimentação do sujeito e do grupo, bem como o surgimento de contradições no interior do processo, a denúncia de relações cristalizadas e de dominação e a conscientização dos membros, devem ser analisadas a partir dos níveis da vivência subjetiva, que reproduz a ideologia capitalista, levando o sujeito a se determinar livre e consciente, e da realidade objetiva, o cerne do sistema,

onde as ações e interações estão comprimidas e restringidas ao permitido ou impossibilitado, mantendo o *status quo*.

Pensar o grupo como definição e cristalização de papéis para manter a harmonia e funcionamento é negá-lo enquanto individualidades e coletividade; é negar a condição humana do sujeito. Portanto, é preciso superar esta primeira negação e atingir uma segunda, a negação da negação da humanidade. Em processos grupais,

[...] a análise da participação permite precisar a segunda negação, quando, através da constatação da função ideológica e mascaradora dos papéis assumidos dentro de um contexto histórico que leva os indivíduos a se desalienarem, ou seja, se perceberem enquanto membros da sociedade, semelhantes nas suas determinações históricas, a abrirem mão desta individualidade institucionalizada para efetivamente assumirem uma identidade grupal e, conseqüentemente, uma ação grupal. É somente neste momento que os indivíduos no grupo poderiam ter uma ação social transformadora dentro da sociedade em que vivem (Lane, 2004, p.89-90).

Remetendo-se a Sartre, Reboredo (1995) afirma que a negação da negação é *práxis* em si, que resgata a condição humana sócio-histórica, sendo, portanto, uma dialética do movimento histórico que

contém a subjetividade, permitindo ao sujeito conhecer a realidade ao transformá-la. Segundo Paulino-Pereira (2011) considerar a historicidade do homem, suas relações e produções, permite analisar o processo coletivo, opondo grupo e não-grupo. Logo, as ações em processos grupais precisam compreender a constituição da identidade das pessoas no coletivo e a movimentação dos sujeitos e do grupo, analisando afetos, valores e ações.

Nesta perspectiva, para Ciampa (2004), identidade é uma categoria psico-sócio-histórica que surge e se transforma na vida cotidiana, sendo movimento contraditório, espiral, múltiplo e mutável, que constitui a sociedade e é, ao mesmo tempo, constituída por ela. Assim, negar o processo de constituição de identidades como caráter dialético é apoiar o discurso neoliberal que, segundo Freire (2010), se defende pela lógica de nos fazer acreditar que história é linear e que realidade social é natural, incapaz de ser alterada, sendo resumida à sorte ou revés individual.

Nesse caráter espiral, Reboredo (1995) compreende o grupo como um devir, a partir de terceiros mediadores ao invés de papéis de liderança. O próprio grupo ou cada membro pode ser mediador

das relações, facilitando o agrupamento, sem reproduzir relações de poder alienantes, transformando o coletivo de Eu-Tu para Nós. A autora define o terceiro mediador como sendo “minha ação multiplicada por todos, uma tarefa comum se cumpre quando cada integrante se sente ‘ele mesmo’, igual ao outro, ‘como o outro’, no grupo.” (Reboredo, 1995, p.36).

Para analisar a movimentação grupal, o caminho Eu-Tu a Nós ou homem-serialidade ao homem-grupo, ou ainda, não-grupo ao grupo, Reboredo (1995) remete às categorias sartreanas de análise grupal que são processo dialético, ou seja, o grupo é movimento, portanto, pode apresentar vários momentos ao mesmo tempo.

Para a autora, a serialidade é a relação onde sujeitos se indiferenciam e não se reconhecem enquanto individualidades, vivendo relações individualistas e solitárias, podendo ser substituídos por outros. É uma condição de luta constante, porém sem duração, para se sair da alienação, que coisifica e reduz ao caráter de número.

Superada a serialidade, passa-se à Fusão, onde grupo se institui como espaço comum para pessoas com necessidades semelhantes. Neste momento, a

semelhança é conscientizada e cada sujeito se sente dependente do outro. O grupo não se consolidou, mas há uma diferenciação na prática que busca liberdade.

Continuando o processo, o Juramento é a condição de pertinência grupal, assimilando que o compromisso de um está condicionado ao todo e dispersando intensamente a serialidade individualista. Neste momento surge a ideia e o sentimento de “somos todos irmãos”.

Após o Juramento, o grupo tem condições para viver a Organização, relacionando-se a divisão de tarefas com facilidades e potencialidades de cada um e a realidade objetiva e condição material. Essa divisão/organização interna pode ser repensada a todo instante para evitar relações de poder e submissão, alternando papéis de liderança por funções de terceiros mediadores.

A Fraternidade-Terror se esboça na Organização, mas sua raiz está no Juramento, onde o temor pela dispersão é frequente. Assim como existe o sentimento a fraternidade, existe o terror de que ela não se mantenha, retornando-se à serialidade, por isso, o grupo controla possibilidades de fuga e de não participação, assumindo um caráter mais

firme, como a normatização e criação de estatutos.

As divisões de tarefas e a própria burocratização fazem com que o grupo chegue à Institucionalização, à separação ou morte do grupo, consolidando-se subgrupos ou a dispersão. É importante ressaltar que Reboredo (1995) não compara a institucionalização como fatalidade, pois, sendo processo, o grupo é capaz de, após a morte de certas relações, engendrar novas formas de organização úteis aos sujeitos.

Portanto, contextualizando a experiência desenvolvida na Comunidade Terapêutica *Fundação Libertação Jovem*, a partir das bases teóricas da Psicologia Social, parte-se da análise micro e macrosocial para compreender, em forma de categorias de análise, a movimentação grupal pelos aspectos políticos da vida cotidiana dos internos que buscam recuperação e ressignificação.

Objetivos

Geral: Investigar e compreender a movimentação de sujeitos, internos numa comunidade terapêutica, nos campos afetivo, valorativo e operativo, no âmbito dos processos grupais.

Específicos: Analisar os fatores que interferem no processo grupal, que facilitem ou dificultem a emancipação dos sujeitos do grupo; elaborar e organizar instrumentos de intervenção de forma terapêutico-educativa em grupo.

Justificativa

A relevância científica desta pesquisa parte da necessidade de sistematizar a produção da Psicologia Comunitária, em Comunidades Terapêuticas, orientada pela *práxis* e envolvida com a saúde mental, numa instituição que trabalha com políticas de identidades na reabilitação e emancipação do sujeito, a partir da intervenção grupal. O trabalho em Processos Grupais propicia a prática de conscientização dos sujeitos, de suas relações institucionais, com a Comunidade Terapêutica ou com suas famílias, bem como no dia-a-dia do grupo, nas suas tarefas e convivência, para conhecer o campo, suas contribuições para a formação de profissionais da saúde e as limitações de atuação, para que a *práxis* não seja reducionista, culpabilizante ou assistencialista.

Do ponto de vista social, a pesquisa é importante, pois trata diretamente da

melhoria de condições de vida e pela busca de uma existência humanitária e democrática, a partir da reflexão crítica da construção de identidades em grupos terapêuticos de superação do vício. Ao se trabalhar com Processos Grupais na recuperação de internos de uma Comunidade Terapêutica, deixam-se surgir contradições e relações de poder que poderiam ser veladas, com intervenções nos campos afetivos, valorativos e operativos, abordando assuntos que, muitas vezes, são estereotipados pela sociedade.

Método

A metodologia se baseia na teoria da Psicologia Social-Comunitária, que reflete as características internas da ação transformadora e o contexto externo a sua existência.

Quanto ao próprio desenvolvimento dos trabalhos, dentro da perspectiva interna, são importantes os conhecimentos relativos a: temáticas abordadas; contextualização da experiência em desenvolvimento; instrumentos e critérios utilizados; grau de sensibilidade das metodologias empregadas para a apreensão e compreensão da realidade em questão; formação e capacitação teórica e política; e, diagnóstico e planejamento de ações. Na perspectiva externa, são

necessários conhecimentos que ultrapassem uma análise aparential e descritiva, viabilizando a compreensão dos aspectos epistemológicos e políticos da ação, nos planos macro e micro-sociais da vida cotidiana (Freitas, 2005, p.50).

Segundo Paulino-Pereira (2011), o envolvimento profissional no campo de pesquisa deve atentar a uma ética que considere a relação teórico-prática e analise a relação sujeito-objeto, pensada a partir da sociedade contemporânea, entendendo a subjetividade do grupo. De acordo com Freitas (1998) a inserção do psicólogo na comunidade e nos grupos deve ser feita pela análise das demandas e necessidades, levando em conta os saberes científicos e a comunidade com suas características, em tal contexto sócio-histórico, vivendo uma dinâmica de forças e pressões políticas/culturais.

Através do método materialista dialético, buscou-se realizar um trabalho transformador, por meio da Pesquisa-Ação, onde sujeito e objeto se imbricam, relacionando-se como sujeito-sujeito, visando à conscientização, à mobilização e à organização do sujeito e do grupo. É necessário para uma pesquisa em Psicologia Social, analisar, em níveis micro e macrossociais, a linguagem como

evidenciação da realidade simulada ou dissimulada por motivos como distanciamento com o pesquisador ou por relações institucionais hierárquicas e submissas (Reboredo, 1983).

Portanto, na Pesquisa-Ação

[...] o participante é conduzido à produção do próprio conhecimento e se torna o sujeito dessa produção. Neste aspecto, essa metodologia se distancia das demais e se afirma, constituindo-se como fundamental instrumento de resistência e conquista popular. Trata-se de uma metodologia constituída de ação educativa e que, segundo Oliveira (1981: 19), promove “o conhecimento da consciência e também a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem se trabalha” (Melo-Neto, 2003, p.2).

Por meio de rodas de conversa coletiva, filmes e vivências grupais terapêutico-educativas, buscou-se a conscientização e autonomia grupal e individual, trabalharam-se os processos grupais, analisando a movimentação dialética dos sujeitos e do grupo nos campos afetivos, valorativo e operativo, utilizando-se das categorias sartreanas de análise da movimentação grupal e do registro em diários de campo.

Nas vivências grupais abrem-se as rodas de conversa, que envolvem o profissional e os participantes, pretendendo

criar um ambiente de partilha e confronto de ideias, onde sujeitos e grupo compreendam seus conflitos e reconheçam responsabilidades individuais e coletivas e o estabelecimento de resolução de problemas, tornando a prática e a realidade mais democrática.

Resultados e Discussões

Para iniciar a discussão, de acordo com Ciampa (2004), todos somos autores e personagens de uma história, na relação consigo, com o outro e com o mundo, o que nos fornece o caráter de constituição da identidade como unidade de mudança e metamorfose. Portanto, o objetivo em discutir as identidades individuais é reconhecer que

À semelhança de qualquer vivência humana, o processo grupal implica relações de poder e de práticas compartilhadas e, ao se realizar, desenvolve a sua identidade (intragrupal e intergrupos). A atividade grupal tem, portanto, a dimensão externa relacionada com a sociedade e/ou outros grupos [...] e a interna, vinculada aos membros do próprio grupo, em direção à realização dos objetivos que levem em consideração as aspirações individuais ou comuns (Martins, 2007, p.77).

Trabalhamos para promover a superação de elementos que prendiam os sujeitos em sua condição de “lixo social”, que os mantinham em relações individualistas com os outros e de culpabilização de si mesmos. Por meio de intervenções, puderam tomar consciência de que *estavam* na condição de drogados, e que a mesma negava seu caráter histórico de homem; podiam se emancipar, no sentido de buscar uma totalidade para si, novas identidades possíveis que revelassem seu caráter humano enquanto sujeito. “Fiquei surpreso quando apontaram a qualidade de trabalhador em mim. Antes, se alguém me chamasse ‘pra’ trabalhar, era como se tivesse me chamando ‘pra’ briga.” (Leo, Diário de Campo, 20/02/2013).

Segundo Paulino-Pereira (2006), a identidade é processo de metamorfose e, quando não ocorre a transformação como superação da realidade objetiva, a identidade é reposta na reprodução da mesmice, uma réplica eterna de si, para preservar os interesses do capital. Paulino-Pereira (2006), remetendo-se a Ciampa, reforça que, para sair da condição da mesmice, de sujeito imutável, negado humanamente, é preciso lançar-se à mesmidade, à articulação entre o fazer e o

ser, atividade e consciência. A identidade se torna plasticidade, pois, agindo, reflete-se quem sou, como estou sendo e como posso vir a ser.

Foi possível, então, a partir da discussão sobre as identidades, tomar consciência de que o papel social de drogado é produzido socialmente, numa relação com o sistema de produção, diminuindo o caráter humano dos sujeitos, negando, socialmente suas identidades. Logo, permitiu-se problematizar que é preciso abandonar essa negação da humanidade à qual eles foram sujeitados, como sugere Lane (2004), a partir da compreensão dos processos de construção de suas identidades, bem como o reconhecimento de suas realidades e responsabilidades pelas suas escolhas. Juliano disse, em uma das intervenções nas rodas de conversa, que “Se pudesse voltar atrás, meu livro seria escrito diferente.” (Juliano, Diário de Campo, 25/04/2012).

Reescreveria sua história, pois, usar drogas havia sido uma escolha errada em sua vida, mas que, parar, era uma correta. Os participantes compartilharam deste sentimento e compreenderam a plasticidade da identidade, gerando uma movimentação nos campos Afetivo e Valorativo, pois reconheceram na fala do

outro uma motivação que eles também possuíam, além de fazê-los refletir sobre o caminho que tomariam ao sair dali, lançando-se a uma condição de mesmidade. “No tocante à plasticidade, à possibilidade de negar o passado no futuro, ainda que a simples facticidade dos acontecimentos ocorridos seja irreversível, decorre da sempre renovável capacidade que temos de reinterpretar o passado” (Paulino-Pereira, 2006, p. 63).

Analisando os fatores que interferem nas dimensões dos processos grupais, lembrando a afirmação de Lane (2004) de que todo grupo existe dentro de instituições, foi preciso pensar as consequências da pertença deste grupo em instituições como família e igreja.

A maioria dos internos relata culpa por causarem o sofrimento de suas famílias, depois que começaram a usar drogas. Segundo eles, a família dificilmente sentia esperança na melhora e num futuro promissor, desconfiando toda vez que saíam, procuravam emprego ou com receio de deixá-los sozinhos em casa. “É a segunda vez que ‘tô’ aqui. Na primeira só fiquei 20 dias. Já morei na rua por três anos, mas agora voltei ‘pro’ tratamento por causa da minha família, porque já fui preso duas vezes.” (Jonatas,

Diário de Campo, 02/04/2012). “Droga ‘pra’ mim não tem graça mais, é um caminho de ilusão. Eu nem gosto de falar disso, porque tenho vergonha, porque já fiz minha família sofrer demais.” (Juliano, Diário de Campo, 02/04/2012). “Já fui mendigo, já roubei e já decepcionei minha família.” (Elvis, Diário de Campo, 02/04/2012). “Tenho vontade de resgatar minha mulher e meus filhos, mas acho que vai ser difícil agora.” (Marcos, Diário de Campo, 14/05/2012).

Estas falas revelam fortes características nos campos Afetivo e Valorativo dos sujeitos, pois se sentem envergonhados perante a família, além de se sentirem responsáveis pelo sofrimento alheio, como se destruíssem os valores da união e da confiança.

Para Lucinda, Nascimento e Candau (2001) a política neoliberal constrói e reforça este processo de desintegração social, pois o mercado transforma as relações humanas em mercadoria, produzindo uma cultura do medo, da competitividade, da insegurança, da falta de esperança e do outro como inimigo.

Para Demo (2002) a lógica do sistema de produção capitalista produz uma contradição ideológica que reforça o

caráter de controle na vida das pessoas: o mercado valoriza a dinâmica e a mudança, para estimular a economia competitiva, mas mantém o *status quo*, produzindo o sentimento de medo à mudança e descrença na transformação. “Meu pai é policial, vive exibindo a arma dele ‘pra’ mostrar que é autoridade. Depois que eu comecei a usar droga, minha família afastou de mim e parou de me apoiar em tudo... Eles duvidam de mim, acham que eu nem arrumo emprego mais.” (Juliano, Diário de Campo, 25/04/2012).

Entra, neste cenário de falta de confiança da família, a instituição religiosa como resgate dos marginalizados, oferecendo-lhes apoio e condição de reestruturação de sua condição e dignidade humanas. Um fator positivo da intervenção religiosa, na Comunidade, é possibilitar que os internos recuperem a confiança em si e se sintam amparados por alguém e por Deus, devolvendo-lhes a força para tentar mudar. “Teve um dia que eu tinha usado droga e fiquei mais de uma hora e meia debaixo de uma mesa, ‘pilhado’, aí, de repente, eu senti um sopro de Deus e uma paz. Aí eu percebi que Deus ‘tava’ me usando pra salvar outras almas que também ‘tavam’ debaixo da mesa.” (Richard, Diário de Campo, 22/10/2012).

“Deus escolhe todos ‘pra’ serem salvos, por isso que todo mundo merece uma segunda chance.” (Pedro, Diário de Campo, 29/10/2012). Se antes eram vistos como coisas e as relações reduzidas a mercadorias, passam a se perceberem como irmãos, iguais e capazes de melhorar. Este aspecto se reflete na fala de um dos internos, que afirma com convicção que “Isso aqui é um grupo de perseverança e cada um tem que ajudar o outro e não ficar julgando.” (Leo, Diário de Campo, 12/11/2012).

Portanto, de certa forma, a instituição faz com que os sujeitos tomem consciência de pertinência ao grupo, sendo que o mesmo

[...] passa a ser para o indivíduo uma referência para sua própria identidade ou vida, referência essa criada a partir do sentimento de pertença subjetiva a um grupo. Este sentimento é que contribui para que um grupo de pessoas se sintam e atuem como grupo, possibilitando a sua identificação (Martins, 2003, p.205).

Neste aspecto, há uma movimentação nos campos Afetivo e Operativo, pois, cada um se reconhecendo no outro e para o outro, há transformação nas relações cotidianas, configurando formas de cooperação entre os internos.

Porém, a instituição religiosa, mesmo sendo facilitadora da construção do sentimento de pertença ao grupo, impõe discursos de exclusão e preconceitos, sendo também uma ferramenta de controle ao exigir a presença e participação de todos nas rodas de conversa e intervenções, e ao solicitar-nos informações sobre a condição de recuperação de cada interno. Percebe-se o forte controle institucional quando um dos internos problematizou que, na igreja, eles têm bancos específicos e separados dos demais membros. “Lá na igreja, eles têm bancos reservados ‘pra’ nós. Eles querem que eu me aceite segurando uma placa de ‘sou drogado’ ‘pra’ todo mundo ver?” (Richard, Diário de Campo, 22/10/2012).

Além disso, aqueles que não seguem os ideais da instituição pagam uma “disciplina”, como afirmou um dos internos. “Tive mau comportamento no culto, aí o pastor falou que a disciplina é 300; que vou ter que escrever um versículo da Bíblia 300 vezes, mas ‘to’ com sorte, porque 300 é pouco.” (Hamilton, Diário de Campo, 19/11/2012).

Os valores e afetos são atingidos pelo controle institucional, ridicularizando os sujeitos perante outras pessoas, negando, certamente, o seu caráter

humano, além de forçar a submissão a regras morais da instituição como forma de tratamento.

É importante, então, pensar como o poder se mascara na linguagem, como afirma Reboredo (1983), possibilitando o surgimento de líderes fortes que respondem pelo grupo e que definem seus objetivos, como os pastores dentro da Comunidade. O que observamos ao longo desta pesquisa é que as pessoas que se “desviam” da moral cristã são consideradas pecadoras que precisam de salvação, como numa fala do pastor em uma das visitas familiares:

A igreja tem a função de recolher os perdidos, como esses drogados, os homossexuais, as prostitutas e as pessoas que fazem sexo antes do casamento [se referindo à passagem bíblica onde Jesus chamava as pessoas que queriam o perdão] e das duas uma: ou o drogado sai de casa ou cai de novo. (Pastor Sílvio, Diário de Campo, 03/06/2012).

Este posicionamento reforça o sentimento de culpa aos usuários e, conseqüentemente, às famílias, que se acham causadoras do vício, gerando uma co-dependência. Estas exigências da instituição movimentam os valores e afetos, pois evidenciam uma fala

higienista, e dificultam a efetivação do processo grupal ao deixar de reconhecer o outro como singular, o alienando, negando o conceito de comunidade posto por Sawaia (2010) que diz do espaço de legitimidade de todos, onde cada um defende sua necessidade sem invadir a do outro, sendo que, para existir o Nós, a democracia não deve ser feita através de sacrifícios.

Isto permite práticas de acolhimento assistencialistas, que não promovem a reflexão e que rejeitam a capacidade de recuperação daqueles sujeitos. Na visita familiar, o pastor disse acreditar no seu projeto de reabilitação e que se sentia realizado, mas que pretende se lançar vereador para conseguir mais verba e condições políticas de melhorar o seu projeto.

De acordo com Freitas (2005) essa postura é caracterizada como pensamento único, que é a participação voluntária em programas sociais como sendo responsabilidade pessoal, para que instituições possam vender sua imagem. Além disso, esse pensamento prevê a incapacidade e o imobilismo do outro e “reinstala-se, assim, um círculo de dependência perversa [...] entre os que possuem os recursos e estratégias para

‘poderem fazer’, e os que ‘precisam ser ajudados’ colocando-se, desta maneira, na posição de necessitados.” (Freitas, 2005, p. 49).

Este tipo de prática nega a condição humana enquanto potência criadora, o que foi criticado por um dos internos, ao dizer que “Aqui na casa é tudo radical, você tem que se entregar totalmente a Deus; eu não gosto desses radicalismos e não acho que é tudo Deus; eu ainda preciso lidar com meu orgulho e com meus desvios de conduta.” (Tiago, Diário de Campo, 21/05/2012).

Portanto, analisando os fatores que agem no processo grupal, pode-se entender como o grupo se movimenta. A partir de uma vivência diagnóstica no início do processo de intervenção, pôde-se perceber que os sujeitos não se conheciam muito bem, apesar de conviverem todos os dias da semana e se relacionarem uns com os outros, além disso, a rotatividade de internos é alta e, por isso, quase sempre havia novas pessoas e outras estavam ausentes. Esse fator foi relevante para pensar a dificuldade que os sujeitos têm em reconhecer suas necessidades comuns e se conscientizarem de aspectos psicossociais que os mantêm em relações de individualismo, além de proporcionar o questionamento à forma de tratamento.

As relações individualistas podem ser reveladas pela fala de um interno que, certa vez, disse: “Não aconteceu nada novo, está tudo bem, só tem alguns novatos.” (Jonatas, Diário de Campo, 09/04/2012). É como se a entrada de novas pessoas não fosse irrelevante, ou que elas eram substituíveis, configurando uma relação de serialidade. Em outros momentos de saída de internos, alguns agradeciam, pois a convivência era difícil, pensando na sua situação e não se importando com o futuro do outro, configurando uma dificuldade no campo Operativo.

[...] a serialidade é um tipo de relação humana, onde os indivíduos são indiferenciados e podem facilmente ser substituídos por outros, pois todos são indiferenciados. O outro é “idêntico”. A individualidade confunde-se com individualismo e os indivíduos assumem a condição de “coisas”. Nesse sentido, a serialidade consiste em relações entre indivíduos que compõem uma série. Sartre exemplifica esta condição, utilizando a analogia de um conjunto de pessoas paradas no ponto de ônibus; cada uma dessas pessoas vive o isolamento, pois é como se nada tivesse em comum com os outros (Reboredo, 1995, p.39).

Apesar da serialidade, os sujeitos, no decorrer do processo, mostram características de Fusão e Juramento.

Mesmo com a aparente irrelevância de cada um para o coletivo, eles reconhecem que estão ali para se tratarem e se “libertarem”, mostrando um objetivo em comum, além disso, alguns demonstram certo envolvimento com as necessidades dos outros.

Na Fusão, o grupo ainda não se consolidou, mas, segundo Sartre, a unidade está presente [...]. Na espiral dialética do movimento grupal, o Juramento caracteriza-se como o momento no qual os indivíduos vivem mais intensamente, que na Fusão, a condição de pertinência ao grupo. Sartre define o Juramento como reciprocidade mediada, que não pode ser confundida com um contrato, mas sim como uma maneira de evitar a dispersão (Reboredo, 1995, p.42-43).

Um exemplo é quando Jonathan, um dos internos, dizia quase sempre que, quando saísse de lá, iria vencer, e os outros respondiam algo como “tamo junto, irmão!”; ou ainda quando Tiago reconhecia que “cada um tem seu tempo e sua bagagem.” (Tiago, Diário de Campo, 21/05/2012) e apoiava a decisão do Jonathan em querer sair ao completar os seis meses, dizendo que todos “temos que torcer pelo irmão, pra que ele firme lá fora.” (Tiago, Diário de Campo, 21/05/2012) reforçando a ideia de

comunidade proposta por Sawaia (2010), que a entende como um campo legítimo de participação igualitária, sem que cada um aliene o outro. Além disso, podem-se notar aspectos de Fusão e Juramento na fala de Leo, quando diz que “Todos precisamos nos ajudar ao mesmo tempo, porque aqui todo mundo luta pela mesma causa.” (Leo, Diário de Campo, 12/11/2012).

Há divisão de tarefas entre os internos, limpando a casa, o quintal, cuidando dos animais e fazendo a comida, configurando um avanço na movimentação no campo Operativo, porém, esta estratégia é mais externa que interna, ou seja, mais como regras da instituição, o que não se faz suficiente para configurar um momento de Organização do grupo, já que a mesma deve ser entendida como “[...] a ação interior, pela qual o grupo define suas estruturas, e o próprio grupo, como atividade estruturada, que se exerce no campo prático, sobre a matéria trabalhada e sobre outros grupos.” (Reboredo, 1995, p.44).

Portanto, a partir da análise da construção de identidades e dos fatores internos e externos que permeiam o processo grupal, é possível afirmar que o grupo se movimenta entre a serialidade e o Juramento, em caráter progressivo-

regressivo, além de poder reconhecer que os sujeitos se desenvolvem dialeticamente nos campos Afetivo, Valorativo e Operativo, configurando sua identidade como atividade e processo histórico.

Considerações Finais

Esta pesquisa tem relevância científica e social, pois desenvolve o material teórico em Psicologia Social e sua relação com o trabalho em Comunidades Terapêuticas, além de lidar, diretamente, com a humanização da vida e com a busca de uma sociedade mais democrática, pensada de forma crítica em relação ao contexto sócio-histórico e econômico.

A metodologia de Pesquisa-Ação em Psicologia Social-Comunitária favoreceu a reflexão da realidade cotidiana, por meio de análises críticas do contexto, da relação dos sujeitos internos com suas famílias e com a própria instituição. Desse modo, as intervenções com rodas de conversa e vivências grupais, no âmbito terapêutico-educativo, foram positivas por possibilitarem a investigação em níveis micro e macrossociais das formas de poder, muitas vezes veladas.

Ficou nítido, através dos resultados e suas análises, que as relações na

Comunidade eram atravessadas por formas de dominação hierárquica que interferiam nos processos grupais e por valores e crenças morais em relação à família, produzindo sentimentos de culpa e vergonha nos internos. Além disso, revelaram-se os preconceitos e discriminações enfrentados pelos sujeitos e pelo grupo, marginalizados pelo meio de produção capitalista.

Em relação ao Campo Afetivo, é possível afirmar que os sujeitos apresentam grande sentimento de culpa em relação à família e que isso, de certa forma, os impulsiona a se recuperarem. Se sentem responsáveis por dar o exemplo aos seus filhos, resultando numa forma construtiva em lidar com o tratamento, percebendo que, para cuidar dos outros, devem cuidar, primeiramente, de si mesmos. Dentro do grupo, há também um afeto bem desenvolvido de empatia com a história do outro e da importância do vínculo criado entre os internos.

No Campo Valorativo há influência da instituição religiosa, que, por vezes, agrega aos internos valores depreciativos, como sujeitos a serem salvos, deixando revelar discursos higienistas. Porém, em outros momentos, possibilita a emergência de valores cooperativos e fraternos entre os

sujeitos, criando um sentimento de irmandade e pertinência.

No Campo Operativo, os internos passam por dificuldades de convivência, resolvidas, de certa forma, pela organização interna da instituição, que divide a rotina e as tarefas em turnos. Estas divergências já foram motivos de dispersão do grupo e, inclusive, saída de internos da Comunidade, porém, o vínculo afetivo entre eles e o valor de pertinência controlou possíveis problemas neste campo.

Em relação à movimentação grupal, o grupo se encontra em momentos de serialidade, passando pela Fusão e chegando ao Juramento, de forma dialética, progressivo-regressiva. As divisões de tarefas e escolha de mediadores não configuram uma Organização grupal, já que são regras impostas pela própria instituição e não uma unidade de ação do grupo em si.

Por fim, o reflexo desta movimentação grupal e o fato de o grupo não ter ultrapassado o Juramento deve-se

ao fato da grande rotatividade de internos: desde o começo da pesquisa, apenas um continuou até o fim, o restante eram todos novatos que entravam no meio do processo. Portanto, pensamos que esta realidade interfere na movimentação dos sujeitos nos campos Afetivo, Valorativo e Operativo, e é determinante para a movimentação nas categorias de transformação do Eu-Tu em Nós.

Pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois foi possível realizar uma análise micro e macrossocial em relação à movimentação dos sujeitos nos campos Afetivo, Valorativo e Operativo, bem como do grupo dentro das categorias sartreanas de análise grupal, entendendo os fatores que atravessavam o processo grupal, permitindo a efetivação de uma metodologia terapêutico-educativa, onde os sujeitos puderam tomar consciência da construção de suas identidades como processo, como metamorfose e se viram capazes de criar novas maneiras de lidar consigo, com o outro e com o mundo.

Referências

Ciampa, Antonio da Costa (2004). Identidade. In: S. T. M. Lane & W. Codo, (Orgs) *Psicologia Social: o homem em movimento*. 13ª Edição, pp. 58-75. São Paulo: Brasiliense.

Demo, Pedro (2002). *Ironias da Educação – mudança e contos sobre mudança*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A..

Freire, Paulo (2010). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Freitas, Maria de Fátima Quintal de (1998). Inserção na Comunidade e Análise de Necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. In: *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11 (1), 175-189.

Freitas, Maria de Fátima Quintal de (2005). (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologia Social da Libertação e Comunitária. In: *Psico*, v. 36 (1), 47-54.

Lane, Silvia T. M. (2004). O Processo Grupal. In: S. T. M. Lane & W. Codo, (Orgs) *Psicologia Social: o homem em movimento*. 13ª Edição, pp. 78-98. São Paulo: Brasiliense.

Lucinda, Maria da Consolação, Nascimento, Maria das Graças & Candau, Vera Maria. (2001). *Escola e Violência*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A,

Martins, Sueli Terezinha Ferreira (2003). Processo Grupal e a Questão do Poder em Martín-Baró. In: *Psicologia & Sociedade*, 15 (1), 201-217.

Martins, Sueli Terezinha Ferreira (2007). Psicologia Social e Processo Grupal: a coerência entre fazer, pensar e sentir em Sílvia Lane. In: *Psicologia & Sociedade*. 19 (Edição Especial 2), 76-80.

A CONSTRUÇÃO DE NOVOS AFETOS, VALORES E AÇÕES: UMA PESQUISA-AÇÃO COM JOVENS INTERNOS NUMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA

Paulino-Pereira, Fernando César (2006). *“Memória se faz na História”*: um estudo da identidade de metodistas militantes sociais orientados pela Teologia da Libertação. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Paulino-Pereira, Fernando César (2011). *Psicologia Crítica: Integração entre teoria e prática na comunidade*. Goiânia: Editora da PUC-Go.

Melo-Neto, José Francisco de. Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular). *Pesquisa-ação: princípios e métodos*. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba, 2003.

Reboredo, Lucília Augusta (1983). *A Transformação de um Bairro Operário em uma Comunidade*: um estudo na psicologia social do cotidiano. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.

Reboredo, Lucília Augusta (1995). *De Eu e Tu a Nós*: o grupo em movimento como espaço de transformação das relações sociais. São Paulo: UNIMEP.

Sawaia, Bader Burihan (2010). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: R. H. de F., Campos, (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*, pp. 35-53, Rio de Janeiro: Vozes.

Os autores:

Vitor Luiz Neto é graduado em Psicologia, pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão e mestrando em Psicologia Clínica e Cultura, pela UnB, e.mail: vln_36@hotmail.com.

Fernando César Paulino-Pereira – Psicólogo; Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP; Professor Adjunto do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás (CAC/UFG). Contato e-mail: epifania.cps@gmail.com
- Departamento de Psicologia - Av. Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Setor Universitário, CEP 75704-020, Catalão/GO